

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 915.600 CEARÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MANOEL VENANACIO SOBRINHO</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: FRANCISCA MARIA DA CONCEICAO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MAURY OLIVEIRA FREITAS E OUTRO(A/S)</b>

**DECISÃO:**

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Veja-se o seguinte trecho de ementa:

“ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. AUTARQUIA FEDERAL. EXIGÊNCIA CARTORÁRIAS PARA A TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL. APRESENTAÇÃO DO GEORREFERENCIAMENTO E ISENÇÃO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS. QUESTÕES ESTRANHAS À COMPETÊNCIA FEDERAL E À QUESTÃO TRATADA NO FEITO. AGRAVO IMPROVIDO.”

O recurso está prejudicado. Isso porque o Superior Tribunal de Justiça, em acórdão transitado em julgado, deu parcial provimento ao recurso especial simultaneamente interposto pela parte recorrente (Resp nº 1.590.776/CE), para “*reconhecer o DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS isento do recolhimento de emolumentos quando da transcrição do título de propriedade derivado de ação expropriatória no ofício de registro de imóveis*”. Desse modo, o recurso extraordinário perdeu o objeto.

Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC e no art. 21,

**RE 915600 / CE**

IX, do RI/STF, julgo prejudicado o recurso.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator